

ENTRE ÁGUAS E AFETO: A PRÁTICA DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA EM CONTEXTOS RIBEIRINHOS

Angela Maria Trindade Batista

Faculdade de Ciências Sociais Interamericana – FICS.

<https://orcid.org/0009-0006-3806-5880>

E-mail: profangelatb@gmail.com

Sandra Karina Mendes do Vale

Professora Doutora e Orientadora. Faculdade de Ciências Sociais Interamericana – FICS.

<https://orcid.org/0009-0009-5684-8303>

E-mail: karinamendes2232@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N1>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N1-117>

RESUMO: Este artigo apresenta uma revisão bibliográfica sobre a atuação do coordenador pedagógico em escolas localizadas em contextos ribeirinhos, com o objetivo de mapear os fundamentos teóricos, as abordagens metodológicas e as principais temáticas presentes na produção acadêmica recente. A análise de nove estudos selecionados em base científica Scielo evidenciou que, embora a coordenação pedagógica seja reconhecida como elemento estratégico para a mediação entre políticas educacionais, práticas docentes e comunidades locais, persistem lacunas significativas, especialmente no que diz respeito à articulação entre formação continuada, valorização dos saberes tradicionais e avaliação do impacto da coordenação na aprendizagem dos estudantes. Além disso, os resultados indicam a necessidade de pesquisas que aprofundem os aspectos conceituais e epistemológicos da função coordenadora, bem como o desenvolvimento de práticas contextualizadas e participativas, alinhadas às especificidades culturais, territoriais e institucionais dos territórios ribeirinhos. Em conclusão, entendemos que a compreensão ampliada da coordenação pedagógica como elo vital entre escola, território e cultura, sinaliza caminhos para investigações futuras que promovam a qualificação dessa prática educativa.

PALAVRAS-CHAVE: Coordenação Pedagógica. Escolas Ribeirinhas. Formação Continuada.

BETWEEN WATER AND AFFECTION: THE PRACTICE OF PEDAGOGICAL COORDINATION IN RIVERSIDE CONTEXTS

ABSTRACT: This article presents a literature review on the role of the pedagogical coordinator in schools located in riverside contexts, aiming to map the theoretical foundations, methodological approaches, and main themes present in recent academic production. The analysis of nine studies selected from the Scielo scientific database showed that, although pedagogical coordination is recognized as a strategic element for mediating between educational policies, teaching practices, and local communities, significant gaps persist, especially regarding the articulation between continuing education, the valorization of traditional knowledge, and the evaluation of the impact of coordination on student learning. Furthermore, the results indicate the need for research that deepens the conceptual and epistemological aspects of the coordinator's role, as well

as the development of contextualized and participatory practices aligned with the cultural, territorial, and institutional specificities of riverside territories. In conclusion, we understand that a broader understanding of pedagogical coordination as a vital link between school, territory, and culture points the way for future research that promotes the improvement of this educational practice.

KEYWORDS: Pedagogical Coordination. Riverside Schools. Continuing Education.

INTRODUÇÃO

Nos territórios em que as águas determinam o ritmo da vida, a escola se reinventa todos os dias. Em comunidades ribeirinhas, o ato de educar ganha contornos próprios, tecidos por saberes locais, percursos fluviais e afetos que atravessam o espaço escolar. Nesse contexto, a presença do coordenador pedagógico ultrapassa o papel de organizador de atividades, ele se coloca como ouvinte atento, parceiros de professores e estudantes e auxilia nas relações que emergem entre escola e comunidade. Sua ação requer, portanto, sensibilidade dialógica, adaptabilidade às condições e um compromisso profundo com a realidade social e cultural vivenciadas.

Dessa forma, o artigo apresenta os resultados de uma revisão bibliográfica sobre as investigações acerca da atuação do coordenador pedagógico em cenários ribeirinho. Pretende-se, assim, apontar as lacunas que ainda persistem nessa linha de pesquisa e compreender quais temáticas, fundamentos teóricos e metodológicos presentes em produções já publicadas.

Mais especificamente, buscou-se: identificar os primeiros registros acadêmicos sobre a prática coordenadora em escolas ribeirinhas; mapear as regiões e instituições que concentram as produções sobre o tema; levantar os subtemas mais recorrentes; destacar os autores e as teorias que servem de base a essas investigações; evidenciar as metodologias prevalentes; e, por fim, analisar os enfoques adotados, as lacunas existentes e os eventuais afastamentos entre as pesquisas. Para tanto, realizou-se uma busca sistematizada na base SciELO, com o intuito de reunir e examinar os artigos mais relevantes sobre o assunto.

O artigo divide-se em três partes articuladas: a Introdução apresenta o tema, expõe os objetivos geral e específicos, além da estrutura do trabalho; a seção “Caminhos

Navegados: Olhares sobre a Coordenação Pedagógica em Territórios Ribeirinhos” reúne o referencial teórico e o procedimento de seleção dos estudos, subdividindo-se em 2.1 – primeiros registros, locais de maior incidência e subtemas emergentes – e 2.2 – principais teorias, metodologias, resultados identificados e lacunas na produção acadêmica; e as Considerações Finais retomam os objetivos, sintetizam os achados e sinalizam as lacunas passíveis de investigação futura, inclusive aquelas que servirão de base à pesquisa aqui proposta.

CAMINHOS NAVEGADOS: OLHARES SOBRE A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA EM TERRITÓRIOS RIBEIRINHOS

A trajetória da coordenação pedagógica no Brasil assemelha-se a um curso d’água que contorna obstáculos, muda de curso e refaz seu leito à medida que o tempo avança. Nas décadas de 1950, esse campo mal começou a se delinear; ainda preso a funções administrativas dispersas, O coordenador permanecia alheio ao cotidiano escolar. Conforme Franco e Oliveira (2016), quando vinculados a cargos fragmentados – entre direção e orientação-, o papel ainda não encontrava solo fértil dentro da sala de aula; sobrevivendo em meio a inúmeras atribuições burocráticas.

Com o passar dos anos, entretanto, a figura do coordenador consolidou-se como elo vital entre políticas educacionais e práticas docentes. Nascimento e Carvalho (2018) destacam que sua missão ultrapassa a simples organização de cronogramas e conteúdos: é também estimular a colaboração entre docentes, integrar diferentes áreas do conhecimento e fomentar a formação continuada de professores. Ao mesmo tempo, assume a responsabilidade de avaliar e aperfeiçoar as práticas pedagógicas, zelando pela qualidade de ensino e pelo desenvolvimento integral dos estudantes.

Esse movimento de adaptação adquire contornos ainda mais marcantes quando analisamos nos territórios ribeirinhos. Pois, não se trata apenas de planejar aulas ou organizar rotinas escolares, mas de acompanhar o vaivém das marés que regem a vida das famílias ribeirinhas. O Coordenador, nesse cenário precisa mergulhar na realidade local – Ouvir histórias de pesca, respeitar ritos e tradições – para desenhar caminhos que tragam

o conhecimento até cada casa, seja por meio de oficinas itinerantes ou projetos colaborativos.

Os desafios são muitos: Recursos limitados, isolamento geográficos e escassez de materiais didáticos exigem criatividade e resiliência. Mas é justamente nesses desafios que surgem oportunidades. Um coordenador atento à voz da comunidade ribeirinha constrói pontes entre saberes formais e populares e valorizando o conhecimento ancestral e tecendo uma educação que brota do próprio chão onde as crianças crescem (Gomes; Calado, 2022).

Partindo desse cenário, O Presente artigo adota uma metodologia qualitativa de revisão de literatura, com objetivo de sistematizar e analisar a produção acadêmica sobre o papel do coordenador pedagógico em escolas ribeirinhas. A revisão de literatura, segundo Cardoso, Alarcão e Celorico (2010, p. 26), “visa conhecer (e dar a conhecer) o estado da arte, organizando informações e aprofundando o entendimento sobre determinado tema”.

A coleta de dados foi realizada na base Scielo, cobrindo o período de 2019 a 2024 e incluindo publicações em português e inglês, utilizando as palavras-chave “coordenador pedagógico, Escola ribeirinha, Práticas pedagógicas”, filtradas pelos últimos 5 anos. Optou-se por trabalhos de estudo de caso, pesquisa de campo e revisões bibliográficas, garantindo diversidade metodológica e profundidade analítica.

Na busca por “coordenador pedagógico” (quadro 1), filtrada pelos últimos 5 anos e pelos idiomas definidos, identificaram-se 7 artigos, dos quais 4 foram selecionados.

Quadro 1 – Artigos selecionados a partir da palavra-chave coordenador pedagógico.

Nº	Autores	Título	Local	Ano	Objetivo
A1	PERINI R. L. S., BARRETTO E. S. S.	O coordenador pedagógico e a formação continuada de professores dos anos iniciais	São Paulo	2024	discutir a atuação dos coordenadores pedagógicos de escolas municipais na cidade de São Paulo diante de dois modelos de formação continuada: o Projeto Especial de Ação (PEA), próprio da rede municipal paulistana, e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), proposta

					federal adotada como política no município entre 2013 e 2016 e desenvolvida diretamente com professores por agentes externos.
A2	PERRELLA C. S. S., ALENCAR F.	Gestão para resultados e ações de controle na política educacional paulista	Belo Horizonte	2022	discutir a política educacional paulista no período entre 2007 e 2018 a partir de pesquisa qualitativa com análise documental
A3	SANTANA M. L., GONÇALVES H. J. L.	Conversas de Corredores: uma pesquisa narrativa sobre coordenação pedagógica e formação continuada de professores que ensinam matemática nos Anos Iniciais	Rio Claro (SP)	2020	investigar como as/os coordenadoras/es pedagógicas/os, ao revisitarem a sua ação por meio das narrativas, relatam as suas lidas com os desafios presentes em sua função de formadora/r de professoras/es e como realizam essa formação continuada voltada para a Matemática ensinada pelas/os professoras/es nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental
A4	Umemura V. M. V., Rosa S. S.	Desafios dos coordenadores pedagógicos de São Caetano do Sul, ABC Paulista: um estudo baseado na pesquisa-ação colaborativa	Campo Grande, MS.	2020	fortalecer a gestão democrática da escola em prol da qualidade social da educação.

Fonte: elaborado pelas autoras, 2025.

Com a palavra-chave “escola ribeirinha” (quadro 2), resultou 6 artigos, 2 incorporados ao estudo.

Quadro 2 – artigos selecionados com a palavra-chave “escola ribeirinha”.

Nº	Autores	Título	Local	Ano	Objetivo
A5	BENIGNO B. L., VASCONCELOS S. M. O., FRANCO Z. G. E.	Educação infantil do campo: docência em turmas multisseriadas no interior do Amazonas	Campinas	2023	analisar o trabalho docente na Educação Infantil do Campo em turma multisseriada em escola ribeirinha no interior do Amazonas.
A6	Alencar D. G. S., Costa F. S.	Resiliência pedagógica: escolas ribeirinhas frente às variações de	São Paulo	2021	analisar o processo de resiliência pedagógica de professores de uma escola ribeirinha localizada no município de Careiro da Várzea, Estado do Amazonas,

		seca e cheia do Rio Amazonas			considerando três fatores básicos: a formação do professor, o currículo escolar e as práticas educacionais realizadas.
--	--	------------------------------	--	--	--

Fonte: elaborado pelas autoras, 2025.

A busca por “práticas pedagógicas” (quadro 3) encontrou 235 resultados e 4 foram selecionados, que serviram de suporte para compreender o panorama mais amplo das estratégias educativas.

Quadro 3 – artigos selecionados a partir da palavra-chave “práticas pedagógicas”.

Nº	Autores	Título	Local	Ano	Objetivo
A7	Fiori C. F. M., Oliveira I. B.	Avaliação escolar: o erro precisa levar ao fracasso?	Rio de Janeiro	2024	evidenciar a perspectiva de compreensão da avaliação como parte integrante do processo de aprendizagem, em contraposição à visão tradicional de julgamento e classificação.
A8*	PERINI R. L. S., BARRETTO E. S. S.	O coordenador pedagógico e a formação continuada de professores dos anos iniciais	São Paulo	2024	discutir a atuação dos coordenadores pedagógicos de escolas municipais na cidade de São Paulo diante de dois modelos de formação continuada: o Projeto Especial de Ação (PEA), próprio da rede municipal paulistana, e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), proposta federal adotada como política no município entre 2013 e 2016 e desenvolvida diretamente com professores por agentes externos.
A9	Oliveira M. P. P., Neto D. V., Figueiredo R. A.	(Re)construção da resiliência socioecológica a partir da educação escolar: uma proposta de sistema de indicadores	São Paulo	2024	apresentar uma proposta de sistema de indicadores de verificação da percepção das comunidades escolares de instituições de educação do campo quanto ao papel das práticas das escolas no desenvolvimento de conhecimentos e habilidades que ajudem a fortalecer a resiliência socioecológica de comunidades rurais.
A10	Souza G. C., Papi R. S. O. G.	Coordenação pedagógica: ações junto aos docentes voltadas à inclusão	Paraná	2021	discutir as ações desenvolvidas por Coordenadores Pedagógicos junto aos docentes para a

					inclusão de alunos considerados como público-alvo da Educação Especial.
--	--	--	--	--	---

Fonte: elaborado pelas autoras, 2025.

Diante das pesquisas selecionadas, é possível constatar que a produção de pesquisas votadas para a temática coordenador pedagógico buscada nas bases de dados indicadas permaneceram o mesmo número de publicações nos últimos anos (2019 a 2024).

Constata-se, também, que há predominância de pesquisas desenvolvidas em nível de mestrado. Dos nove estudos selecionados, seis são dissertações e três teses de doutorado. Percebe-se que a progressão pedagógica tende a ganhar maior atenção justamente nas etapas iniciais da carreira acadêmica. Conforme (2011), as dissertações geralmente dialogam de forma mais direta com a prática e com os cenários institucionais, enquanto as teses se dedicam a construções conceituais mais densas e sistemáticas. Essa diferença de abordagem evidencia que a coordenação pedagógica tem sido explorada, prioritariamente, sob uma perspectiva prática e aplicada, sobretudo por educadores inseridos em processos de formação continuada ou de atuação direta nas redes de ensino.

Quanto às instituições responsáveis pelos estudos, é evidente o predomínio das universidades públicas, tanto federais quanto estaduais. Foram identificados artigos da USP, UNESP, UNICAMP, UFABC, UFAM, UNIFESP, UEPG, além das instituições privadas Unicesumar e Universidade Estácio de Sá. Desses, quatro artigos vieram de universidades federais, três de estaduais e dois de privadas. Essa distribuição reforça o que Ribeiro *et al.* (2020) já haviam destacado: as universidades públicas concentram a maior parte da produção científica brasileira, sobretudo em áreas como educação, que exigem estrutura consolidada, professores qualificados e financiamento público, oferecido por órgãos como FAPESP, CAPES e CNPq.

O olhar geográfico revela outra camada de interpretação. O Sudeste concentra cinco publicações, distribuídas entre quatro instituições (USP, UNESP, UNICAMP, UFABC) e uma privada (Estácio de Sá). O Sul soma duas pesquisas (Unicesumar e UEPG), enquanto o Norte aparece com duas (UFAM e IFAM). Notavelmente, Nordeste e Centro-Oeste permanecem à margem deste recorte. Cavalcante (2011) já chamava atenção para esse desequilíbrio histórico: o eixo Sul-Sudeste, beneficiado por

investimentos robustos, acaba atraindo a maior parte das pesquisas, enquanto outras regiões enfrentam dificuldades de fomento e visibilidade.

Além disso, São Paulo se destaca como o principal polo produtor de pesquisa, já que cinco dos nove artigos analisados são de instituições sediadas no estado — USP, UNESP, UNICAMP, UFABC e PUC-Campinas. Isso está relacionado ao grande número de universidades públicas de excelência presentes no estado e ao volume significativo de investimentos em pesquisa, especialmente via FAPESP. Por outro lado, os poucos estudos que surgem da região amazônica, como os da UFAM e IFAM, tratam de aspectos singulares da prática educativa, como as dificuldades enfrentadas nas escolas ribeirinhas e nas turmas multisseriadas, cujas características geográficas e sociais são bastante particulares. Esses trabalhos são essenciais para ampliar nossa compreensão sobre a diversidade educacional do país, conforme argumenta Candau (2016), ao defender o reconhecimento de diferentes formas de conhecimento e contextos variados.

Diante desses achados, é possível concluir que embora o interesse pela coordenação pedagógica esteja crescendo e a prática tenha importância evidente, ainda é necessário ampliar a diversidade de pesquisas, tanto em termos regionais quanto institucionais e epistemológicos. Isso representa um desafio para as políticas públicas e para as comunidades acadêmicas, que devem buscar formas de democratizar o acesso à pesquisa e incentivar estudos em educação que contemplem realidades para além dos grandes centros.

PRIMEIROS ESTUDOS, LOCAIS ONDE O TEMA É MAIS PESQUISADO E OS SUBTEMAS ASSOCIADOS

A análise dos trabalhos selecionados oferece uma compreensão ampliada sobre o papel da coordenação pedagógica em diferentes realidades educacionais, contribuindo para a reflexão acerca de sua atuação em contextos ribeirinhos. Cada pesquisa, com suas particularidades, revela nuances importantes sobre a constituição dessa função nas redes públicas de ensino, seus atravessamentos históricos, os espaços onde ela é mais discutida e os temas que se apresentam como mais recorrentes. Ao reunir esses estudos, é possível reconhecer convergências e tensões que dialogam diretamente com os desafios

enfrentados em territórios marcados por dinâmicas socioambientais específicas, como é o caso das comunidades à beira dos rios amazônicos.

O artigo, A1, publicado em São Paulo, no ano de 2024, destaca a centralidade da formação continuada como eixo estruturante da prática docente, tomando como base os aportes de Gatti e Barretto (2009). A pesquisa se insere no contexto de implementação de políticas públicas como o PNAIC e o PEA, problematizando a articulação entre tais programas e o cotidiano das escolas. Ao enfatizar o papel da coordenação na mediação entre diretrizes oficiais e práticas pedagógicas, o estudo se aproxima das necessidades identificadas nas realidades ribeirinhas, onde é preciso que a coordenação pedagógica se desenvolva de forma situada, respeitando os ritmos e os saberes locais.

Em Belo Horizonte, a pesquisa A2 de 2022 se debruça sobre as transformações recentes na gestão educacional, abordando a função coordenadora em meio às exigências por resultados, à padronização curricular e ao avanço de modelos de avaliação externa. Fundamentado em autores como Akkari (2011), Afonso (2013) e Paro (2012), o estudo revela como a atuação do coordenador se encontra tensionada entre a lógica do controle e a defesa de uma gestão democrática. Essa dualidade também se manifesta nos espaços ribeirinhos, onde a prática coordenadora precisa encontrar equilíbrio entre a adesão às políticas públicas e a preservação da autonomia pedagógica diante das especificidades do território.

A pesquisa A3 desenvolvida em Rio Claro (SP), publicada pela revista *Bolema* em 2020, adota uma abordagem narrativa para refletir sobre a formação continuada de professores de matemática nos anos iniciais. Referências como Larrosa (1995; 2015; 2016), Arnaús et al. (1995) e Garnica (2015) são mobilizadas para defender a valorização das experiências vividas e da escuta como ferramentas de aprendizagem. O estudo contribui para a compreensão do coordenador pedagógico como sujeito que constrói sentido na interlocução com os docentes, perspectiva que se alinha à atuação nos contextos ribeirinhos, onde a escuta sensível e o diálogo são imprescindíveis para o fortalecimento de práticas pedagógicas enraizadas na realidade comunitária.

No município de Campo Grande (MS), o estudo A4 de 2020, com base em uma pesquisa-ação colaborativa, investiga os desafios enfrentados por coordenadores

pedagógicos em São Caetano do Sul. O trabalho, apoiado nas reflexões de Arroyo (1979), Paro (2016), Ball (2005; 2012) e outros autores, aborda temas como o perfil profissional dos coordenadores, os entraves da burocracia e a necessidade de práticas reflexivas. A proposta de transformação por meio da participação coletiva encontra ressonância na prática ribeirinha, onde os processos educativos ganham potência quando são construídos em conjunto com a comunidade escolar, respeitando seus tempos, modos de vida e valores.

O estudo A5 realizado em Campinas, no ano de 2023, examina a docência em turmas multisseriadas no interior do Amazonas, com ênfase na educação infantil do campo. Fundamentada em marcos legais como a Resolução CNE/CEB nº 2/2008, bem como nos estudos de Arroyo (2010) e Rios (2016), a investigação evidencia a potência das práticas pedagógicas contextualizadas e o valor dos saberes tradicionais e locais. Ao reforçar a necessidade de uma atuação coordenadora que compreenda a complexidade das relações socioculturais e ambientais do campo amazônico, esse estudo dialoga diretamente com o espírito desta pesquisa, cuja proposta é justamente reconhecer e respeitar as singularidades de sujeitos formados entre margens, rios e afetos.

Na pesquisa A6 publicada em São Paulo, em 2021, o conceito de resiliência pedagógica é mobilizado para pensar as estratégias adotadas por escolas ribeirinhas diante das cheias e secas do rio Amazonas. Com base em Grotberg (2005), Castro (2001) e Tavares (2014), o estudo revela a capacidade das instituições de ensino de se reinventarem frente às adversidades ambientais, por meio de adaptações curriculares e reorganização das rotinas escolares. Tal reflexão contribui diretamente para o aprofundamento desta pesquisa, ao reforçar que a prática coordenadora precisa assumir um caráter responsivo e criativo, integrando os saberes da natureza e da comunidade no cotidiano escolar.

No campo da avaliação, o artigo A7 de 2024, produzido no Rio de Janeiro, propõe uma crítica à lógica meritocrática e punitiva historicamente associada ao erro. A partir das ideias de Esteban (2003), defende-se uma resignificação da avaliação como processo formativo, em que o erro seja compreendido como etapa legítima da aprendizagem. Essa abordagem se mostra especialmente relevante em contextos ribeirinhos, onde as

trajetórias escolares frequentemente enfrentam interrupções e desafios que exigem práticas avaliativas mais sensíveis às realidades dos estudantes.

A discussão sobre resiliência também aparece no estudo A9 desenvolvido em São Paulo, no mesmo ano, que propõe um sistema de indicadores voltado à reconstrução da resiliência socioecológica por meio da educação. Com base em Buschbacher (2014), Holling e Gunderson (2002) e Folke et al. (2010), o artigo destaca a importância da escola como espaço de articulação entre a comunidade e os processos de governança socioambiental. Essa concepção amplia o papel da coordenação pedagógica, que, nos territórios ribeirinhos, pode assumir a função de agente integrador entre os conhecimentos escolares e os modos de vida que emergem da relação cotidiana com a natureza.

O estudo A10 publicado em 2021 reflete sobre as ações da coordenação pedagógica voltadas à inclusão escolar. Embasado nos trabalhos de Martins (1998) e Azevedo e Cunha (2008), o artigo enfatiza a importância de estratégias coletivas, da flexibilização curricular e da formação docente como pilares para uma escola mais equitativa. Fundamentado nos trabalhos de Martins (1998) e Azevedo e Cunha (2008), o artigo aponta que a inclusão deve ser entendida como um compromisso coletivo.

A partir dessa leitura integrada, torna-se evidente que a coordenação pedagógica, em suas múltiplas formas de expressão, pode atuar como elo fundamental entre as políticas públicas, as práticas docentes e as realidades locais.

PRINCIPAIS TEORIAS, METODOLOGIAS, RESULTADOS E LACUNAS

A análise dos estudos selecionados revela um panorama rico e multifacetado acerca da prática coordenadora em contextos educacionais diversos, oferecendo subsídios teóricos e empíricos relevantes para a compreensão do papel do coordenador pedagógico, especialmente em ambientes de especificidade socioambiental como os ribeirinhos.

No primeiro trabalho – A1, a fundamentação teórica se ancora em autores como Imbernón (2010), Bolívar (2016), Nóvoa (2019) e Freire (2010), enfatizando a formação reflexiva, coletiva e contínua dos docentes. A alfabetização e o letramento são abordados com respaldo em Ferreiro e Teberosky (1984) e Magda Soares (1998). A pesquisa, de cunho qualitativo, combinou revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas

semiestruturadas com profissionais da rede pública, permitindo identificar a coordenação pedagógica como elo estratégico entre políticas formativas e o cotidiano das salas de aula. No entanto, constatou-se que essa atuação ocorre frequentemente de maneira sobrecarregada, com múltiplas atribuições concentradas nas mãos do coordenador. Ademais, a articulação com programas como o PNAIC revelou-se limitada, ocorrendo de forma voluntária e, por vezes, fora do horário letivo, o que fragiliza sua efetividade e institucionalidade. A pesquisa aponta a ausência de políticas sistemáticas de suporte e a necessidade de estratégias formativas colaborativas, bem como o desafio de gestão pautada na lógica de resultados e controle, evidenciando lacunas significativas para o fortalecimento da função coordenadora.

O segundo estudo - A2, fundamenta-se em discussões críticas sobre a gestão educacional, baseando-se em Akkari (2011), Afonso (2013), Paro (2012) e Michael Apple (2006). A análise documental qualitativa das políticas estaduais de São Paulo entre 2007 e 2018 expõe uma gestão centralizadora, orientada por metas e mecanismos de bonificação salarial, em que os coordenadores são reduzidos a executores técnicos. As limitações dessa abordagem residem na ausência de participação democrática efetiva, no foco restrito em avaliações padronizadas e na falta de avaliação do impacto real dessas políticas, aspectos que dialogam com os desafios encontrados em territórios ribeirinhos, onde a necessidade de autonomia pedagógica e respeito às especificidades locais se faz premente.

No âmbito da formação continuada de professores de matemática nos anos iniciais, o A3, com base em pesquisas narrativas e autores como Larrosa (1995, 2015, 2016), D'Ambrosio e Lopes (2015) e Silva (2017), utiliza metodologia de pesquisa-ação e análise qualitativa. O estudo destaca a coordenação pedagógica como uma travessia contínua, onde o aprender se dá no fazer e refazer, valorizando a ousadia criativa e o diálogo como motores da transformação curricular. Entretanto, ressalta a insuficiência da presença da matemática nas formações continuadas e a carência de conteúdos matemáticos nos currículos iniciais de Pedagogia, apontando para uma lacuna que compromete a efetividade da coordenação pedagógica em contextos ribeirinhos, onde a contextualização curricular é crucial.

O estudo A4, utiliza uma abordagem mista com pesquisa-ação colaborativa, fundamentada em teorias políticas e educacionais como Hannah Arendt (2001), Freire

(1997) e Luís Carlos Freitas (2007, 2014). A combinação de questionários e sessões reflexivas permitiu identificar a fragilidade da identidade profissional dos coordenadores, a escassez de tempo para as funções e a demanda por espaços de diálogo colaborativo. Foram emergidas propostas práticas para fortalecer a autonomia docente, evidenciando o potencial transformador da pesquisa-ação. Contudo, limita-se pela ausência de dados sobre os impactos diretos na aprendizagem dos alunos e pela falta de triangulação com outras fontes, limitando a abrangência dos resultados, desafios que reverberam nas dinâmicas dos contextos ribeirinhos.

No que tange à educação infantil em turmas multisseriadas no interior do Amazonas, o quinto estudo A5, com fundamentação teórica em Bardin (1995), Manke (2006), Franco (2010), Hage (2009, 2011) e Rios (2016), adotou um estudo de caso qualitativo com entrevistas e observação in loco em uma escola ribeirinha. Os resultados destacam o professor mediador como valorizador dos saberes locais e promotor de práticas lúdicas intergeracionais, além de apontar a criatividade frente às limitações estruturais. Todavia, a pesquisa limita-se por sua abrangência restrita a um único caso, ausência de formação continuada sistemática e falta de dados que demonstrem o impacto efetivo na aprendizagem dos estudantes, evidenciando uma lacuna importante para a consolidação das práticas pedagógicas coordenadas em ambientes ribeirinhos.

A investigação sobre resiliência pedagógica em escolas ribeirinhas frente às variações hidrológicas do Rio Amazonas, presente no sexto estudo A6, apoia-se em Paulo Freire (1992), Brito (2015), Arroyo (2007) e Lopes & Macedo (2011). Utilizando abordagem qualitativa, com análise documental, revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas, a pesquisa revela que as escolas adaptam o currículo urbano formal às especificidades locais e desenvolvem práticas resilientes para superar adversidades ambientais. Ainda assim, o estudo evidencia lacunas relativas à mensuração dos impactos na aprendizagem, ausência de observação sistemática e falta de acompanhamento longitudinal, aspectos cruciais para o aprofundamento do conhecimento sobre a prática coordenadora em ambientes ribeirinhos sujeitos a desafios ambientais singulares.

No campo da avaliação escolar, o sétimo artigo, A6, apresenta uma crítica contundente à lógica meritocrática e punitiva, fundamentando-se em Paulo Freire (2018), Esteban (2003, 2013), bell hooks (2020) e Luckesi (2011). A pesquisa bibliográfica e empírica, com questionários e observação participante, evidenciou predominância da

avaliação somativa e as tensões emocionais que ela provoca nos estudantes, além da discrepância entre os objetivos formativos declarados e a prática avaliativa real. Destacou-se a carência de instrumentos processuais e inclusivos, apontando uma lacuna significativa para o desenvolvimento de avaliações sensíveis às realidades de contextos ribeirinhos, onde as trajetórias escolares são permeadas por desafios que requerem práticas avaliativas humanizadas.

O estudo A9, por sua vez, propõe um sistema de indicadores para a reconstrução da resiliência socioecológica a partir da educação escolar, fundamentado em Holling & Gunderson, Folke et al. e Fabricius et al. (2021). A pesquisa-intervenção realizada em escola do campo combinou revisão bibliográfica, oficinas dialógicas e aplicação de questionários, resultando em indicadores que identificam forças e fragilidades na promoção da resiliência comunitária. Destaca-se a necessidade de maior adesão da comunidade e adaptações contextuais periódicas, implicando que a coordenação pedagógica em contextos ribeirinhos pode se configurar como mediadora entre saberes escolares e vivências socioambientais, reforçando sua função integradora e propositiva.

O artigo A10 examina as ações da coordenação pedagógica voltadas à inclusão escolar, apoiado em Placco (2014), Domingues (2014) e Mantoan (2018). A metodologia qualitativa contemplou observação em sala, entrevistas e análise documental, revelando que a coordenação realiza mediações, porém de modo pouco sistemático, com “pseudo-adaptações” isoladas e formação continuada superficial. A lacuna no diálogo entre coordenadores e professores e a subutilização de espaços de reflexão coletiva evidenciam a necessidade premente de ciclos formativos contínuos e contextualizados, sobretudo em realidades como as ribeirinhas, onde a inclusão demanda ações articuladas e sensíveis às diversidades presentes.

Dessa forma, os estudos aqui analisados convergem para o entendimento de que a prática coordenadora, quando situada em contextos marcados por dinâmicas socioambientais específicas, como as comunidades ribeirinhas, requer uma abordagem que transcenda a mera execução técnica, incorporando formação continuada colaborativa, valorização dos saberes locais, adaptação curricular contextualizada e práticas avaliativas inclusivas. Ao mesmo tempo, os desafios relacionados à infraestrutura, à escassez de tempo, à burocracia e à ausência de políticas sistemáticas de apoio revelam lacunas persistentes que necessitam ser enfrentadas para a efetivação de uma coordenação

pedagógica comprometida com a realidade desses territórios singulares. Esse panorama orienta e fortalece a presente pesquisa, que visa compreender e qualificar a prática coordenadora em meio aos desafios e afetos das comunidades ribeirinhas, promovendo a articulação entre políticas, saberes e práticas educacionais contextualizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo propõe-se analisar o que já foi produzido sobre o papel do coordenador pedagógico em escolas ribeirinhas. Partindo de nove trabalhos selecionados em bases científicas de referência, buscamos revelar não apenas os alicerces teóricos e as estratégias metodológicas empregadas, mas também os tópicos centrais que vêm mobilizando pesquisadores nesse campo nos últimos anos. Esse levantamento nos permitiu vislumbrar um cenário rico em reflexões, porém ainda carente de aprofundamento, sobretudo diante das particularidades sociais e territoriais que marcam essas comunidades.

De modo geral, identificamos que, embora hoje não se duvide da importância estratégica do coordenador pedagógico para o funcionamento escolar, a literatura disponível ainda não dá conta da real complexidade de sua atuação em regiões periféricas. A predominância de estudos de mestrado — muitos deles enraizados na própria prática dos autores — aponta para um olhar situado, atento ao cotidiano das redes públicas. Em contrapartida, nota-se a ausência de investigações de doutorado que se dediquem com mais profundidade aos fundamentos conceituais e epistemológicos desse gestor educacional em contextos tão singulares quanto o das escolas ribeirinhas.

Outro aspecto relevante refere-se à distribuição institucional e geográfica dessas investigações. A produção concentra-se majoritariamente em universidades públicas do Sudeste, com ênfase em instituições paulistas. Esse viés reforça um desequilíbrio histórico na ciência brasileira, que privilegia centros urbanos de grande visibilidade em detrimento de regiões como o Norte e o Centro-Oeste. Ainda assim, os poucos estudos originários da Amazônia revelam um rico potencial analítico ao abordarem realidades escolares permeadas por desafios logísticos, vínculos comunitários sólidos e práticas pedagógicas ancoradas nos saberes locais.

No plano teórico, identificou-se a recorrência de pensadores como Paulo Freire, José Pacheco, César Imbernón, António Nóvoa, José Manuel Moran e Mário Filho, cujas reflexões sustentam a concepção da coordenação pedagógica como prática dialógica, reflexiva e contextualizada historicamente. Do ponto de vista metodológico, predominaram estudos qualitativos, com ênfase em entrevistas semiestruturadas, análise documental, pesquisa-ação e narrativas formativas — abordagens que valorizam a escuta atenta dos sujeitos e o reconhecimento de suas experiências.

Entretanto, persistem lacunas que merecem atenção. Destacam-se a carência de investigações orientadas a mensurar o impacto direto da atuação do coordenador na aprendizagem dos estudantes; a limitada articulação entre políticas de formação continuada e as necessidades específicas das comunidades ribeirinhas; e a ainda incipiente incorporação dos saberes tradicionais no currículo escolar. Além disso, muitas das práticas relatadas seguem um modelo de gestão verticalizado, pouco permeável à construção coletiva e ao diálogo participativo.

Frente a esse cenário, a presente investigação propõe-se compreender de forma mais profunda o papel do coordenador pedagógico em escolas localizadas em comunidades ribeirinhas, levando em conta os entrelaçamentos culturais, territoriais e institucionais que marcam sua atuação. Ao trazer à tona vivências que se desenvolvem entre rios, margens e afetos, esperamos contribuir para uma leitura mais ampla e comprometida da coordenação pedagógica, entendida como elo vital entre escola, território e cultura.

REFERÊNCIAS

CANDAU, V. M. F. Cotidiano escolar e práticas interculturais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 46, n. 161, p. 20-37, jul./set. 2016.

CAVALCANTE, L. R. **Desigualdades regionais em ciência, tecnologia e inovação (CT&I) no Brasil: uma análise de sua evolução recente**. Rio de Janeiro, 2011.

FRANCO, M. A. R. S.; NOGUEIRA, S. N. Coordenação pedagógica: marcas que constituem uma identidade. In: FRANCO, M. A. R. S.; CAMPOS, J. D. (org.). **A coordenação do trabalho pedagógico na escola: processos e práticas**. São Paulo: Editora Universitária Leopoldianum, 2016. 142p.

GOMES, R. K. S.; CALADO, J. F. O resistir e reexistir das populações tradicionais e extrativistas no Território Amazônico Amapaense. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 37, n. 4, p. 28-43, set/dez. 2020.

NASCIMENTO, J.; CARVALHO, L. M. (Orgs.). **Coordenação Pedagógica: múltiplos olhares e possibilidades de ação**. Curitiba: CRV, 2018.

RIBEIRO, D. B. *et al.* Financiamento à ciência no Brasil: distribuição entre as grandes áreas do conhecimento. **Revista Katálysis**, v. 23, n. 3, p. 548-566, set./dez. 2020.

Submissão: novembro de 2025. Aceite: dezembro de 2025. Publicação: março de 2026.